

O Brasil já conseguiu, pelo menos, uma proposta dos credores.

Mas terá de lutar muito até fechar um acordo vantajoso, como se verá nesta página. Confira na página 10 o estouro da inflação e, na seção **Seu Dinheiro** (15), o que ela significa para seu bolso.

O rico carnaval da crise está na página 11; na 12 os preços do material escolar e, na 14, as liquidações dos shoppings.

Estamos mais próximos do acordo?

O País recebeu a primeira proposta dos credores em três anos. E a diferença para o que o Brasil quer não é grande.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, confirmou ontem que o comitê dos bancos credores entregou na quarta-feira ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, em Nova York, uma proposta formal de negociação de parte de nossa dívida externa, nestes termos: refinanciamento de US\$ 5 bilhões dos juros vencidos desde 1º de janeiro de 87 e a vencer até junho de 1989, prazo de 20 anos para o reescalonamento do total da dívida brasileira com os bancos privados; e **spread** de 0,825%. Mas os bancos insistem na precondição de um acordo com o FMI e na vinculação dos desembolsos privados ao cumprimento das metas desse acordo.

Para o ministro Maílson da Nóbrega, que ressaltou ser essa a primeira proposta apresentada pelo bancos credores ao Brasil em três anos, aqueles termos "são posições de negociação". Maílson quer garantir prazos maiores, **spread** de 0,8125% (igual ao do México) e desvinculação total do FMI, além de um refinanciamento de US\$ 7 bilhões de juros até 1989. "Não sei de onde tiraram os US\$ 11 bilhões que alguns jornais deram", disse o ministro da Fazenda. Hoje, Maílson deve apresentar ao presidente Sarney um relato da proposta dos bancos. Ontem, o ministro da Fazenda ouviu de Fernando Milliet, o negociador da dívida, um resumo dos entendimentos mantidos com o comitê dos bancos credores nas últimas três semanas.

Técnicos do governo familiarizados com a negociação admitem que a proposta dos banqueiros é basicamente convencional e substancialmente diferente da que foi apresentada em 25 de setembro do ano passado pelo então ministro Bresser Pereira. Mas, lembram que se trata de uma proposta para negociação, podendo, portanto, ser objeto de alteração. E que a proposta de Bresser praticamente deixou de existir no momento em que, cumprindo a nova estratégia de negociação, realista e pragmática, o governo concordou em pagar, sem estabelecer condições, US\$ 350 milhões de juros vencidos em janeiro último. Sob esse ângulo, a proposta dos banqueiros (que o governo entende não ser uma contraproposta) foi considerada adequada, em função dos interesses

dos credores, os quais, naturalmente, começam pedindo o máximo possível, o que não significa que o Brasil aceitará todas as condições.

No entanto, para os técnicos que se vincularam ao projeto de negociação elaborado pelo ex-ministro Bresser Pereira, e firmemente apoiado na época pelo presidente Sarney, a contraproposta dos banqueiros, se for aceita pelo governo representará uma verdadeira rendição do País. Segundo esses especialistas, a contraproposta dos banqueiros (eles insistem em que o governo não abjurou a proposta Bresser) deixou de lado a securitização, mesmo voluntária; não mencionou as salvaguardas; esqueceu o **carve out** na definição do **spread** (ou seja, aplicação de taxa de risco menor para todo o estoque da dívida de US\$ 70 bilhões); e, finalmente, ofereceu ao Brasil apenas a metade de suas necessidades de recursos.

Novo pagamento

O governo brasileiro, disse Maílson da Nóbrega, vai oferecer aos bancos o pagamento de nova parcela de juros vencidos, desde que se chegue a um acordo sobre o montante do refinanciamento. Maílson acenou com o pagamento da parcela restante dos juros de janeiro — US\$ 580 milhões, que se somariam aos US\$ 350 milhões pagos na semana passada. O ministro da Fazenda acredita que a diferença de US\$ 2 bilhões entre o que o Brasil quer e o que os bancos oferecem pode ser reduzida na negociação. "Dentro de uma semana poderemos ter esse montante definido."

Maílson da Nóbrega considerou a proposta dos bancos uma nova etapa no processo de renegociação da dívida, "por ser a primeira proposta formal em três anos". Ressaltou também que esse "movimento positivo" dos bancos é feito apenas nove dias depois do Brasil ter pago a parcela de US\$ 350 milhões dos juros vencidos.

O ministro informou que espera acelerar as negociações durante sua visita aos Estados Unidos (para onde embarca amanhã), mesmo que não vá negociar diretamente. "Vou dizer

aos meus interlocutores que o Brasil está voltado para a normalização urgente das suas relações com a comunidade financeira internacional." Maílson acredita que seus contatos com o secretário do Tesouro americano, James Baker, outras autoridades e os próprios banqueiros ajudarão a resolver os muitos pontos de divergência ainda existentes entre o Brasil e os credores.

A mais evidente dessas divergências, além do total a ser refinanciado, é a exigência de vinculação do acordo de médio prazo a um entendimento com o FMI. O Brasil não aceita essa vinculação e Maílson prevê que só em junho deverá ser fechado o acordo com o FMI. Em seguida, será a vez dos entendimentos com o Clube de Paris e o Banco Mundial.

O ministro da Fazenda negou também que haja qualquer relação entre a renegociação da dívida e os desentendimentos que separam o Brasil dos EUA na questão da informática. "São negociações distintas: dívida é com o Ministério da Fazenda, informática com o Itamaraty", afirmou Maílson. Ele reconheceu, entretanto, que qualquer avanço em uma das frentes melhora o clima global da relações entre os dois países e, portanto, facilita a outra negociação.

O ministro Maílson da Nóbrega e comitiva embarcam amanhã à noite para Nova York. Domingo e segunda-feira o ministro não tem compromisso oficial. Segunda à noite ele embarca para Washington, onde começa, no dia seguinte, a parte oficial da visita. O primeiro encontro é com o secretário James Baker, do Tesouro. Na quarta-feira, Maílson oferece um café da manhã a congressistas americanos ligados à questão da dívida dos países em desenvolvimento; depois, visitará o Banco Mundial, o Federal Reserve e o FMI. A quinta-feira será dedicada à assembléia geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que estará elegendo seu novo presidente. Maílson vai votar no ex-chanceler uruguaio e ex-presidente da Cepal, Enrique Iglesias, cuja candidatura foi lançada pelo Brasil. Na sexta-feira, o ministro fala ao Conselho das Américas e almoça com dirigentes de bancos norte-americanos, retornando à noite ao Brasil.

